

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
VARA CRIMINAL E DO TRIBUNAL DO JÚRI DA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXX**

Processo nº: XXXXXXXXXX

FULANO DE TAL, já devidamente qualificado, vem, por intermédio da **Defensoria Pública do Distrito Federal** (LC nº 80/94, artigos 4º, incisos I e V, e 89, inciso XI), com fulcro no §3º do artigo 403 do Código de Processo Penal, apresentar:

ALEGAÇÕES FINAIS

pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

I - BREVE RELATO DOS FATOS

O réu foi denunciado como incurso nas sanções do artigo 157, *caput*, do Código Penal, pois supostamente, no dia XX de XXXXXXX de XXXX, por volta das XX:XX horas, rua XXXXX o denunciado, mediante violência e grave ameaça exercida com simulação de porte de arma de fogo, teria subtraído um aparelho celular, marca *tal*, modelo *tal*, cor XXXXX, pertencente a vítima FULANO DE TAL.

Finda a instrução criminal, o *Parquet*, em alegações finais (fls. 87/), requereu a procedência da denúncia, condenando os acusados pelo crime do art. 157 do Código Penal.

Vieram os autos à Defensoria Pública para apresentação de alegações finais, em memoriais.

2. DO MÉRITO

2.1 Da insuficiência de provas

Não há nos autos provas de autoria delitiva suficientes para a condenação de **FULANO DE TAL** nos moldes pretendidos, conforme será explicado a seguir.

Ouvido em juízo, as únicas testemunhas FULANO DE TAL e FULANO DE TAL, policiais militares, apenas reiteraram a narrativa da denúncia. A vítima não compareceu em juízo para esclarecer e confirmar a sua versão dos fatos.

Segundo a doutrina, as testemunhas devem ser “pessoas desinteressadas com o mérito do julgamento e, portanto, não podem ter relação pessoal direta com o que se discute nos autos¹”.

É bem verdade que os depoimentos de policiais nos processos criminais são prestigiados pela doutrina e jurisprudência. No entanto, tal prova deve ser analisada à luz das demais produzidas nos autos, uma vez que a simples condição de policial não traz garantia de ser o mesmo considerado infalível em suas ações, especialmente naquelas decorrentes da sua função, exercida, quase

¹ MELCHIOR, Pedro Melchior. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/orafael-braga-apenas-com-base-na-palavra-policial-viola-o-processo-penal-brasileiro/>>. Acesso em 05.03.2018.

sempre, em situação de intenso estresse².

Dessa forma, observa-se que fundamentar uma condenação apenas com base em depoimentos é frágil e não é suficiente a incumbir à responsabilização penal ao acusado.

Nesse sentido, a jurisprudência se manifesta:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. ART. 213 C/C ART. 224, ALÍNEA A, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. CONDENAÇÃO PROFERIDA COM BASE EM PROVAS PRODUZIDAS EXCLUSIVAMENTE NO INQUÉRITO POLICIAL. AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO EM JUÍZO. IMPOSSIBILIDADE.

I - É firme o entendimento jurisprudencial no sentido de que não se admite condenação baseada, exclusivamente, em provas colhidas na fase policial, sob pena de afronta ao princípio do contraditório (Precedentes).

II - Na espécie, o acórdão que reformou a sentença absolutória baseou-se exclusivamente em declarações e depoimentos prestados em inquérito policial, não confirmados em Juízo, o que não se mostra suficiente para embasar a condenação. Recurso especial provido (STJ - Resp: 1070482 BA 2008/0140667-0, Relator: Ministro FELIX FISCHER, Data de Julgamento: 23/06/2009, T5 - Quinta Turma, DJe 05/10/2009).

APELAÇÃO CRIMINAL. ESTUPRO. ABSOLVIÇÃO DO RÉU. POSSIBILIDADE. PROVA INQUISITORIAL NÃO CONFIRMADA EM JUÍZO. INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. ABSOLVIÇÃO QUE SE IMPÕE. SENTENÇA REFORMADA. 1. De acordo com o art. 155 do CPP o Juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação. 2. **Sendo o inquérito policial mera peça informativa que auxilia o órgão ministerial na formação da sua *opinio delicti*, para o oferecimento da denúncia, não pode as provas nele produzidas, sem o crivo do contraditório e da ampla defesa, servir de fundamento para o decreto condenatório. E isso porque, a certeza necessária à emissão de um juízo condenatório somente pode ser alicerçada em prova judicializada.** 3. Inexistindo provas suficientes, a absolvição do réu é medida que se impõe, nos

² TJES, Classe: Apelação Criminal, 11110058358, Relator : SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA, Órgão julgador: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, Data de Julgamento: 27/06/2012, Data da Publicação no Diário: 05/07/2012.

termos do art. 386, VII do Código de Processo Penal. 4. Recurso provido (TJ-RR – ACr: 0090100007074, Relator: Des. ALMIRO PADILHA, Data de Publicação: DJe 22/07/2015).

Os elementos carreados aos autos sob o crivo do contraditório e da ampla defesa demonstram a ausência de provas suficiente quanto à materialidade e autoria da suposta infração penal de modo que a absolvição é a medida que deve preponderar com base no princípio *do in dubio pro reo*, pois antes um culpado solto, pela falta de prova incontestada, que um inocente enclausurado pela utilização de deduções.

Com efeito, o art. 386, inc. VII, do Código de Processo Penal que: “**o juiz absolverá o réu**, mencionando a causa na parte dispositiva, desde **que reconheça** (...) não existir prova suficiente para a condenação”. Trata-se da positivação dos princípios do “*in dubio pro reo*” e do “*favor rei*”, segundo os quais **em caso de dúvida deve sempre prevalecer o interesse do acusado**. Ressalte-se, como consignado por TOURINHO FILHO, que, na verdade, a absolvição por falta de provas não se traduz num favor, mas numa consequência natural da ausência de prova da narrativa acusatória³.

Diante das supracitadas razões, a Defesa requer em consonância com o princípio do *in dubio pro reo*, a improcedência da denúncia para absorver o acusado do crime que lhe está sendo imputado, com fundamento no artigo 386, inciso VII do CPP.

2.2 Tese subsidiária - Da desclassificação do crime de roubo para de receptação culposa

³ TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de processo penal comentado. 9. ed. São Paulo: Saraiva, v. 1, 2005, p. 846-847.

Em seu interrogatório, o réu confessou apenas estar na posse do celular objeto da denúncia em razão de pedido do amigo João Paulo, que disse que o celular pertencia a sua esposa.

O réu afirmou em juízo que:

Quem subtraiu o celular não fui eu. Foi um amigo que eu tinha. O João Paulo. Emprestei o carro para ele e eu creio que ele fez isso. Depois que ele voltou com o carro, ele me deu o celular para que eu o vendesse, mas ele não falou que era roubado, ele falou que era da mulher dele.

A conduta do acusado, como se observa, se enquadra nos termos do art. 180, § 3º que determina que a pessoa responderá por receptação culposa quando adquirir ou receber coisa que, por sua natureza ou pela desproporção entre o valor e o preço, ou pela condição de quem a oferece, deve presumir-se obtida por meio criminoso.

No caso, é incontroverso nos autos que o bem foi encontrado no carro do réu. Esta constatação, no entanto, não é suficiente para concluir que o réu cometeu de roubo.

Ademais, entende o TJDFR que nesses casos que no caso de apreensão da *res furtiva* na posse do agente ocorre a inversão do ônus da prova quanto à boa fé aquisitiva do acusado cabendo à acusação comprová-la.

Nesse sentido cita-se a seguinte jurisprudência:

A apreensão da res furtiva na posse do agente enseja a inversão do ônus da prova quanto à boa fé aquisitiva. (TJDFR, Acórdão 944814, 2015030218189APR, Relator: Silvanio Barbosa dos Santos, Revisor: João Timoteo

de Oliveira, 2ª turma criminal, Data de Julgamento:
25/05/2016, Publicado no DJE: 6/6/2016, Pag. 20/4/221).

Portanto, sendo ônus do Ministério Público provar os fatos narrados na denúncia e inexistindo provas judicializadas extreme de dúvidas que apontem, com inegável segurança, a autoria do crime, impõe-se a desclassificação do crime de roubo para receptação culposa.

IV. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, a defesa requer a absolvição do acusado, com fundamento no artigo 386, VII, CPP; subsidiariamente requer a desqualificação do crime de roubo para o de receptação culposa, com fixação da pena no mínimo legal; caso entenda por aplicação de pena de multa, que seja no mínimo legal; que o regime inicial para o cumprimento da pena, seja o mais benéfico para o acusado; substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito; que o acusado tenha o direito de recorrer em liberdade.

Nestes termos, pede deferimento.

XXXXXXXX, XX de XXXXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL
Defensor Público

FULANO DE TAL
Analista de Assistência Judiciária

